

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.520 - DF (2019/0289596-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MONIA VAZ DE ANDRADE RAMOS  
**AGRAVANTE** : RICARDO GONÇALVES RAMOS  
**ADVOGADO** : EMILIANO CÂNDIDO PÓVOA - DF003845  
**AGRAVADO** : TITO LOPES ZEDES  
**AGRAVADO** : MARIA DE LOURDES PEREIRA BRAGA  
**AGRAVADO** : NIVIA MARIA PEREIRA BRAGA  
**AGRAVADO** : ANTONIA CLAUDIA PEREIRA BARROZO  
**AGRAVADO** : JANETE APARECIDA PEREIRA BRAGA  
**ADVOGADOS** : RITA DE CÁSSIA DE VINCENZO - SP071924  
MARCO ANTÔNIO MARQUES ATIE - DF013904

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MONIA VAZ DE ANDRADE RAMOS E OUTRO em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (e-STJ, fl. 556):

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE E PROPRIEDADE DE TERCEIRO. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 300 NÃO VERIFICADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.*

*1. O art. 300 do CPC somente autoriza a concessão de tutela de urgência se presentes os pressupostos que elenca: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.*

*2. Desse modo, não há falar em reforma da r. decisão recorrida, nos autos de embargos de terceiro opostos pelos agravantes, indeferiu a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada, se os documentos coligidos aos autos não se afiguram suficientes a demonstrar, nesse momento processual, que eles sejam proprietários ou exerçam posse sobre o imóvel objeto de constrição, nos termos do art.*

*674 do CPC.*

*3. Recurso de agravo de instrumento conhecido e desprovido. Agravo interno prejudicado."*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 573/578).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 300, 674, 678 e 1.022, do CPC, sustentando, em síntese: a) omissão quanto à aplicação dos

arts. 674 e 678, do CPC; b) "Com a prova da posse e propriedade sobre o bem objeto dos Embargos de Terceiros, restaram comprovados os requisitos exigidos pelas normas dos artigos 678 e 674, bem como do artigo 300 do CPC/2015 para a concessão da liminar pleiteada" (e-STJ, fl. 591)

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação dos arts. 300 e 1.022 do CPC/2015, o recurso não procede.

Extrai-se dos autos que a parte recorrente ajuizou embargos de terceiro em desfavor da parte recorrida, ocasião em que pleiteou o deferimento de tutela de urgência para reintegrá-los na posse do imóvel em questão.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, mantendo o indeferimento da tutela antecipada, nos seguintes termos (e-STJ, fls.559/560):

*"Compulsando as razões recursais do agravo de instrumento, e também do agravo interno, impõe sobrelevar que a compreensão e o desate da lide instaurada envolve questões bastante controvertidas, as quais demandam um maior aprofundamento da instrução processual, não alcançável nesta via recursal, que possui cognição estreita.*

*Frise-se que a cadeia dominial sobre o imóvel no qual se insere o bem reivindicado pelos embargantes é, a toda evidência, de imbricada compreensão (IDs 5709477, 5709487, 5709499, 5709502, 5709515, 5709518, 5709532, 5709537, 5709545, 5709553, 5709562, 5709566, 5709568 e 5709572) e demanda ampla atividade instrutiva para seu esclarecimento, máxime no que diz respeito à regularidade da celebração do acordo de transmissão, aos agravantes, dos direitos possessórios pelo herdeiro José Roberto Teixeira Braga, consoante se observa do contrato às páginas 41-44 do ID 5709446.*

*É dizer, a documentação colacionada aos autos se revela, a princípio, insuficiente à concessão de tutela provisória vindicada, notadamente se observado que não estão, por ora, devidamente esclarecidos nos autos o suposto direito de propriedade dos embargantes, ora recorrentes, sobre a reportada fração do imóvel caracterizado pelo Lote Urbano Quinhão 23 da Fazenda Santa Maria, bem assim o exercício de posse sobre o aludido bem."*

Como visto, a Corte local analisou todas as questões necessárias ao deslinde

da controvérsia, de modo que não há como reconhecer qualquer omissão ou falta de fundamentação no acórdão atacado.

O Tribunal *a quo* reconheceu, a propósito, a ausência da verossimilhança das alegações, bem como perigo de lesão grave, de difícil reparação. Nesse contexto, afastar a conclusão adotada no acórdão recorrido, à luz das provas contidas nos autos, tal como pretendido pela parte recorrente, é providência que no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. A propósito, sirva de ilustração o seguinte precedente:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.*

*1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.*

*3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado n° 7 da Súmula do STJ, respectivamente.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 14/12/2017)*

A mais disso, à luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ firmou-se no sentido de que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Noutro vértice, a alegação de violação dos art. 674 e 678 do Código de Processo Civil não merece ser conhecida, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que a única ofensa a dispositivo de lei federal passível de análise em

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial interposto contra decisão que nega ou concede medida cautelar ou antecipação de tutela é somente aquela que diz respeito aos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, sendo inviável eventual discussão relacionada com o mérito da ação principal.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator